



ESCOLA DE ARTES
DA BAIRRADA

E.A.B.

Escola de Artes da Bairrada
Associação de Ensino Artístico

Regulamento Interno 2017

Aprovado a 20 de abril de 2017

Índice

| | |
|--|----|
| PREÂMBULO..... | 5 |
| CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE E NATUREZA JURÍDICA..... | 5 |
| Artigo 1.º..... | 5 |
| CAPÍTULO II - OBJETIVOS..... | 5 |
| Artigo 2.º..... | 5 |
| CAPÍTULO III - SÓCIOS..... | 5 |
| Artigo 3.º..... | 5 |
| CAPÍTULO IV – ÓRGÃOS DE GESTÃO PEDAGÓGICA..... | 6 |
| SECÇÃO I – DIREÇÃO PEDAGÓGICA..... | 6 |
| Artigo 4.º - Nomeação e Responsabilidade Disciplinar..... | 6 |
| Artigo 5.º - Competências..... | 7 |
| SECÇÃO II – CONSELHO PEDAGÓGICO..... | 7 |
| Artigo 6.º - Definição..... | 7 |
| Artigo 7.º - Constituição..... | 7 |
| Artigo 8.º - Competências e funcionamento..... | 7 |
| SECÇÃO III – DEPARTAMENTOS CURRICULARES..... | 8 |
| Artigo 9.º - Constituição e competências..... | 8 |
| SECÇÃO IV – PROFESSOR TUTOR E DIRETOR DE TURMA..... | 9 |
| Artigo 10.º - Definição..... | 9 |
| Artigo 11.º - Atribuições e competências..... | 9 |
| CAPÍTULO V - COMUNIDADE ESCOLAR..... | 9 |
| SECÇÃO V - CORPO DOCENTE..... | 9 |
| Artigo 12.º - Recrutamento..... | 9 |
| Artigo 13.º - Regime de Faltas, Férias e Licenças..... | 10 |
| Artigo 14.º - Direitos e Deveres..... | 10 |
| Artigo 15.º - Responsabilidade disciplinar dos docentes..... | 11 |
| SECÇÃO VI - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS..... | 11 |
| Artigo 16.º - Organização..... | 11 |
| Artigo 17.º - Competências..... | 11 |
| SECÇÃO VII - AUXILIARES..... | 12 |
| Artigo 18.º - Organização..... | 12 |
| Artigo 19.º - Competências..... | 12 |

| | |
|--|----|
| SECÇÃO VIII – OUTROS COLABORADORES | 12 |
| Artigo 20.º - Regras gerais..... | 12 |
| 1. A admissão de outros colaboradores é da responsabilidade da Direção, assim como a definição das suas competências, organização, método de admissão, formas de contratação e eventual admissão, salvaguardando a legislação em vigor. | 12 |
| SECÇÃO IX - ALUNOS | 12 |
| Artigo 21.º - Acesso | 12 |
| Artigo 22.º - Matrículas | 13 |
| Artigo 23.º - Renovação de Matrícula | 14 |
| Artigo 24.º - Anulação de Matrícula..... | 14 |
| Artigo 25.º - Transferências..... | 14 |
| Artigo 26.º - Propinas..... | 14 |
| Artigo 27.º - Abandono de Instalações..... | 15 |
| Artigo 28.º - Direitos | 15 |
| Artigo 29.º - Deveres | 16 |
| Artigo 30.º - Representação dos alunos | 17 |
| Artigo 31.º - Prémios de mérito | 18 |
| Artigo 32.º - Instrumentos de registo..... | 18 |
| Artigo 33.º - Frequência e assiduidade | 19 |
| Artigo 34.º - Faltas e sua natureza | 19 |
| Artigo 35.º - Dispensa de atividades motoras | 19 |
| Artigo 36.º - Justificação de faltas | 19 |
| Artigo 37.º - Faltas injustificadas..... | 21 |
| Artigo 38.º - Excesso grave de faltas..... | 21 |
| Artigo 39.º - Efeitos da ultrapassagem dos limites de faltas | 21 |
| Artigo 40.º - Infrações | 22 |
| Artigo 41.º - Medidas disciplinares corretivas | 22 |
| Artigo 42.º - Medidas disciplinares sancionatórias..... | 23 |
| CAPÍTULO VI – ATIVIDADES PEDAGÓGICAS..... | 23 |
| SECÇÃO X - OFERTA EDUCATIVA..... | 23 |
| Artigo 43.º - Cursos Oficiais | 23 |
| Artigo 44.º - Cursos Livres | 24 |
| SECÇÃO XI – AUDIÇÕES E ACOMPANHAMENTO DE PIANO | 24 |
| Artigo 45.º - Audições | 24 |
| Artigo 46.º - Acompanhamento de piano | 24 |
| SECÇÃO XII – PROVAS | 25 |

| | |
|---|----|
| Artigo 47.º - Definição | 25 |
| Artigo 48.º - Hierarquia Regulamentar | 25 |
| Artigo 49.º - Matrizes, calendarização e horários | 25 |
| Artigo 50.º - Forma das Provas | 25 |
| Artigo 51.º - Tipologia das Provas..... | 26 |
| Artigo 52.º - Provas Periódicas | 26 |
| Artigo 53.º - Provas Globais..... | 26 |
| Artigo 54.º - Provas de Equivalência à Frequência | 27 |
| Artigo 55.º - Provas de Transição..... | 27 |
| Artigo 56.º - Provas de Aptidão | 27 |
| Artigo 57.º - Provas de Acesso | 27 |
| Artigo 58.º - Provas de Aptidão Artística | 28 |
| SECÇÃO XIII – OUTRAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS | 28 |
| Artigo 59.º - Atividades de Complemento Curricular | 28 |
| CAPÍTULO VII – OUTRAS ESTRUTURAS INTERNAS | 28 |
| SECÇÃO XIV – Conselho Geral (CG) | 28 |
| Artigo 60.º – Conselho Geral | 28 |
| Artigo 61.º – Constituição..... | 29 |
| Artigo 62.º – Funcionamento | 29 |
| SECÇÃO XV - Unidades Orgânicas (UO)..... | 30 |
| Artigo 63.º – Definição | 30 |
| Artigo 63.º – Funcionamento..... | 30 |
| SECÇÃO XVI – Grupo de Apoio à Realização de Eventos (GARE)..... | 30 |
| Artigo 65.º – Definição e Funcionamento | 30 |
| CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS | 31 |
| SECÇÃO XVII – Disposições Finais..... | 31 |
| Artigo 66.º - Disposições finais | 31 |



PREÂMBULO

O Regulamento Interno é um conjunto de normas por que se rege a E.A.B. - Escola de Artes da Bairrada – Associação do Ensino Artístico, que se pretende uma organização estável e adequada ao tipo de ensino que ministra, em que participam ativamente todos os elementos que a integram.

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE E NATUREZA JURÍDICA

Artigo 1.º

1. A E.A.B. – Escola de Artes da Bairrada – Associação de Ensino Artístico, adiante designada por “EAB” é uma associação cultural e recreativa, sem fins lucrativos, de duração ilimitada, constituída por escritura pública realizada no Cartório Notarial de Oliveira do Bairro a dezanove de junho do ano dois mil e sete, que possui autorização definitiva de funcionamento número cinquenta e dois, por despacho da Diretora Regional de Educação do Centro, de sete de novembro do ano de dois mil e oito.
2. A EAB pode utilizar a marca distintiva Conservatório de Música da Bairrada.
3. A EAB tem sede no Troviscal, na Rua Jaime Pato, número oito, podendo ser criadas extensões ou polos noutras zonas do Concelho de Oliveira do Bairro ou da Região da Bairrada, por proposta da Direção, mediante parecer do Conselho Pedagógico e aprovação da Assembleia-Geral.

CAPÍTULO II - OBJETIVOS

Artigo 2.º

1. A EAB tem por objetivo o ensino artístico e técnico, nomeadamente na área das artes performativas e das artes plásticas.
2. Além do ensino artístico, a EAB tem ainda o objetivo de divulgar e promover atividades culturais, sociais e recreativas no âmbito artístico, desde que articuladas em complementaridade com o objetivo definido no ponto anterior.

CAPÍTULO III - SÓCIOS

Artigo 3.º

1. Podem ser sócios todas as pessoas singulares e coletivas, públicas ou privadas, que gozem de boa reputação moral e social e tenham capacidade jurídica.
2. Os sócios da EAB podem ser efetivos, beneméritos ou honorários.
 - a. São sócios efetivos os associados que participam direta e pessoalmente nas atividades desenvolvidas pela “EAB”.
 - b. São sócios beneméritos os associados, que, não participando direta e pessoalmente nas atividades da “EAB”, participam através de um donativo ou entrega relevantes.



- c. São sócios honorários, as personalidades que se tenham notabilizado em domínios considerados relevantes.
- 3. São direitos dos sócios efetivos:
 - a. Participar nos trabalhos da Assembleia-geral e respetivas votações com direito a voto;
 - b. Ser eleito para os órgãos sociais;
 - c. Participar em todas as realizações e iniciativas da EAB, beneficiando dos descontos fixados pelos órgãos competentes.
- 4. São direitos dos sócios beneméritos e honorários:
 - a. Participar nos trabalhos da Assembleia-geral sem direito a voto;
 - b. Participar gratuitamente em todas as realizações da EAB.
- 5. São deveres dos sócios:
 - a. Cumprir as disposições estatutárias;
 - b. Aceitar os cargos para que hajam sido eleitos;
 - c. Pagar pontualmente as quotas;
 - d. Zelar pelo prestígio e bom-nome da EAB.
- 6. A qualidade de sócio perde-se por:
 - a. Demissão;
 - b. Exclusão;
- 7. A exclusão será decidida pela Direção e deverá basear-se na violação de deveres legais ou estatutários, podendo o visado recorrer à Assembleia-geral temporalmente mais próxima dessa exclusão.
- 8. Compete à Direção admitir sócios efetivos e propor à aprovação da Assembleia-geral os sócios honorários e beneméritos.
- 9. O pedido de admissão deverá ser formulado à Direção através de preenchimento de formulário próprio disponível nos serviços administrativos.
- 10. Caso a Direção dê parecer positivo à admissão, os novos sócios efetivos ficam obrigados ao pagamento de uma quota anual no valor estabelecido em Assembleia-Geral.
- 11. A Direção poderá autorizar a isenção do pagamento de quotas a sócios específicos, e por prazo determinado, nas seguintes circunstâncias:
 - a. Por imperativos legais e/ou condições específicas de programas de financiamento públicos, que obriguem à total gratuitidade do ensino ministrado;
 - b. Mediante pedido por escrito que invoque e comprove dificuldades financeiras do agregado familiar de um sócio que pretenda efetuar matrícula na escola, para si ou para um seu educando.

CAPÍTULO IV – ÓRGÃOS DE GESTÃO PEDAGÓGICA

SECÇÃO I – DIREÇÃO PEDAGÓGICA

Artigo 4.º - Nomeação e Responsabilidade Disciplinar

- a. A Direção Pedagógica é proposta pela Direção, e aprovada pela Assembleia-Geral;
- b. A nomeação da Direção Pedagógica respeitará as disposições legais e será submetida a homologação nos termos da lei;
- c. A Direção Pedagógica é responsável disciplinarmente nos termos da lei;



Artigo 5.º - Competências

1. O exercício de funções de Direção Pedagógica é equiparável, para todos os efeitos, à função docente.
2. Compete à Direção Pedagógica a orientação da ação educativa da EAB e, designadamente:
 - a. Representar a EAB junto do Ministério competente em todos os assuntos de natureza pedagógica;
 - b. Planificar e superintender nas atividades curriculares e culturais;
 - c. Promover o cumprimento dos planos e programas de estudos;
 - d. Velar pela qualidade do ensino;
 - e. Zelar pela educação e disciplina dos alunos;
 - f. Proceder à seleção do pessoal docente mediante parecer do Conselho Pedagógico e propor a contratação à Direção;
 - g. Presidir às reuniões do Conselho Pedagógico;
 - h. Dispor de um horário semanal de atendimento aos Alunos, aos Encarregados de Educação e Docentes;
 - i. Presidir aos Júris de Exame e Provas de Passagem, ou delegar em outro docente;
 - j. Dar parecer sobre todas as questões de natureza pedagógica e disciplinar;
 - k. Promover, a partir das normas legalmente aplicáveis, a unificação de critérios;
 - l. Propor medidas que favoreçam a interação cultural escola/meio.

SECÇÃO II – CONSELHO PEDAGÓGICO

Artigo 6.º - Definição

1. O Conselho Pedagógico é o órgão de orientação e coordenação pedagógicas, e da formação do pessoal docente. Presta apoio à Direção Pedagógica, propondo métodos e/ou estratégias que garantam elevado nível de aprendizagem, eficácia da prática pedagógica e adequada formação cultural e ética da comunidade escolar.

Artigo 7.º - Constituição

1. O Conselho Pedagógico é constituído pela Direção Pedagógica, pelos coordenadores dos departamentos curriculares (CDC's), por um representante dos alunos, um representante dos encarregados de educação e um representante da Direção.

Artigo 8.º - Competências e funcionamento

1. Sem prejuízo das competências que lhe sejam cometidas por lei ou regulamento interno, ao conselho pedagógico compete:
 - a. Elaborar a proposta de projeto educativo a submeter pela Direção Pedagógica à Direção;
 - b. Apresentar propostas para a elaboração do regulamento interno e dos planos anual e plurianual de atividade e emitir parecer sobre os respetivos projetos;
 - c. Emitir parecer sobre as propostas de celebração de protocolos, sempre que solicitadas pela Direção;
 - d. Elaborar e aprovar planos de formação e atualização do pessoal docente;
 - e. Definir critérios gerais nos domínios da informação e da orientação escolar e vocacional, do acompanhamento pedagógico e da avaliação dos alunos;




- f. Propor aos órgãos competentes a criação de áreas disciplinares ou disciplinas, bem como as respetivas estruturas programáticas;
 - g. Definir princípios gerais nos domínios da articulação e diversificação curricular, dos apoios e complementos educativos e das modalidades especiais de educação;
 - h. Propor o desenvolvimento de experiências de inovação pedagógica e de formação;
 - i. Promover e apoiar iniciativas de natureza formativa, artística e cultural;
 - j. Definir os critérios gerais a que deve obedecer a elaboração de horários;
 - k. Definir os requisitos para a contratação de pessoal docente, de acordo com o disposto na legislação aplicável, e dar parecer à direção sobre a mesma contratação;
 - l. Propor mecanismos de avaliação dos desempenhos organizacionais e dos docentes, bem como da aprendizagem dos alunos, credíveis e orientados para a melhoria da qualidade do serviço de educação prestado e dos resultados das aprendizagens;
 - m. Participar no processo de avaliação do pessoal docente.
- 2. O Conselho Pedagógico deverá reunir pelo menos uma vez por mês e deverá ser convocado pela Direção Pedagógica, com um mínimo de 48 horas de antecedência.
 - 3. Os CDC's referidos no n.º 1 do art.º 7.º têm redução de pelo menos duas horas semanais na componente letiva.
 - 4. O Conselho Pedagógico poderá ainda reunir extraordinariamente sempre que for necessário.
 - 5. Os representantes dos alunos e dos encarregados de educação não poderão participar nos assuntos relacionados com a aplicação dos processos de avaliação dos alunos, nem em outros de carácter confidencial.
 - 6. O representante da direção não poderá participar nos assuntos relacionados com a aplicação dos processos de avaliação dos alunos.

SECÇÃO III – DEPARTAMENTOS CURRICULARES

Artigo 9.º - Constituição e competências

- 1. Os Departamentos Curriculares, salvo legislação que o defina, são constituídos por um coordenador e por um grupo de professores responsáveis por disciplinas com afinidades entre si.
- 2. A constituição dos Departamentos Curriculares é organizada pela Direção, sob proposta da Direção Pedagógica e parecer do Conselho Pedagógico.
- 3. São competências dos Departamentos Curriculares:
 - a. Propor ao Conselho Pedagógico os programas e planificações das disciplinas;
 - b. Apresentar ao Conselho Pedagógico propostas para a realização de atividades extralectivas e executá-las quando aprovadas;
 - c. Apoiar o Coordenador de Departamento Curricular nas atribuições que lhe sejam confiadas pelo Conselho Pedagógico.
- 4. São competências do Coordenador de Departamento Curricular:
 - a. Auxiliar a Direção Pedagógica na organização e realização de atividades artísticas, culturais e pedagógicas.

- 
- b. Reunir com os elementos do seu departamento pelo menos uma vez em cada período letivo, isto é, no mínimo três vezes em cada ano letivo.
 - c. Apresentar à Direção Pedagógica os assuntos de cada disciplina.

SECÇÃO IV – PROFESSOR TUTOR E DIRETOR DE TURMA

Artigo 10.º - Definição

- 1. O Professor Tutor e o Diretor de Turma são os principais interlocutores entre os restantes órgãos de gestão pedagógica e cada aluno e/ou encarregados de educação.
- 2. Nos cursos de música, os alunos são tutelados por um Professor Tutor que é professor responsável pela disciplina de Instrumento Principal;
- 3. Nos restantes cursos, os alunos são tutelados por um Diretor de Turma, designado para o efeito pelo Conselho Pedagógico.

Artigo 11.º - Atribuições e competências

- 1. São competências do Professor Tutor e do Diretor de Turma:
 - a. Manter-se informado acerca do percurso escolar global do aluno;
 - b. Fornecer as fichas de registo de avaliação aos alunos maiores ou encarregados de educação, convocando-os para o efeito e procurar esclarecer quaisquer dúvidas que estas levarem;
 - c. Apresentar ao Departamento Curricular ou ao Conselho Pedagógico quaisquer assuntos relativos ao aluno ou à turma, que sejam da competência destes órgãos;
 - d. Fornecer esclarecimentos aos alunos e encarregados de educação, sempre que solicitado, dentro do seu horário não letivo.

CAPÍTULO V - COMUNIDADE ESCOLAR

SECÇÃO V - CORPO DOCENTE

Artigo 12.º - Recrutamento

- 1. O ensino da EAB é assegurado por professores legalmente habilitados nos termos estabelecidos no anexo II da Portaria n.º 693/98, de 3 de setembro e legislação subsequente.
- 2. Admitir-se-ão professores portugueses ou estrangeiros com bom domínio da Língua Portuguesa.
- 3. A admissão de professores cabe à Direção, mediante parecer do Conselho Pedagógico.
- 4. A Direção celebrará um contrato com cada professor ao abrigo do Decreto-Lei n.º 338/88 de 22 de setembro e legislação subsequente.
- 5. Os vencimentos dos professores estarão de acordo com as tabelas em vigor para o ensino particular e cooperativo, havendo um Contrato Coletivo de Trabalho em vigor.
- 6. A EAB pode também, sempre que as circunstâncias pedagógicas e financeiras o justifiquem, recrutar professores em regime de prestação de serviços.



Artigo 13.º - Regime de Faltas, Férias e Licenças

1. O professor deverá avisar a Direção Pedagógica, os serviços administrativos e os alunos, com antecedência mínima de cinco dias úteis, salvo casos imprevistos, devidamente justificados, das faltas que tencione dar, preenchendo o requerimento próprio nos serviços administrativos, ou por outra forma previamente aceite pela Direção e Direção Pedagógica, nomeadamente através de plataformas eletrónicas de gestão pedagógica.
2. Se a falta for por doença e se prolongar por mais de um dia, deverá o professor apresentar, no prazo de três dias, o respetivo comprovativo médico.
3. Se a falta for por qualquer motivo imputável ao professor, este deverá substituir as aulas quinze dias antes ou quinze dias depois da falta dada.
4. Não poderão ser substituídas, no mesmo dia e ao mesmo aluno, mais do que o seu horário semanal a cada disciplina;
5. No caso de não se verificar a sua substituição, essas aulas serão descontadas no seu vencimento.
6. A aula só poderá ser substituída se for de comum acordo entre professor e aluno, e mediante parecer favorável do encarregado de educação.
7. O professor não deverá marcar a substituição da aula sem antes verificar se existe disponibilidade de salas para o fazer.
8. Deverão ser dadas a conhecer à Direção Pedagógica as aulas de substituição.
9. O professor só poderá marcar falta ao aluno que faltar à substituição da aula, se tiver havido acordo do aluno maior ou do encarregado de educação de aluno menor, com a data da substituição.
10. Se o aluno faltar à data acordada deverá o professor marcar a respetiva falta.
11. O professor tem direito a cinco dias por ano letivo para participar em ações de formação com intuito de valorização profissional. As faltas às aulas para este efeito serão justificadas mediante a apresentação, pelo professor, de documento comprovativo da presença nas referidas ações.
12. O professor deverá solicitar autorização, por escrito, para participar nas ações referenciadas no número anterior, à Direção Pedagógica, e a sua autorização poderá estar condicionada à reposição das aulas previstas para os dias em questão.
13. As faltas dos membros docentes às reuniões de Departamento Curricular, Gerais de Professores e do Conselho Pedagógico são marcadas pelo Presidente em exercício na reunião a partir da verificação das folhas de presença. A falta a cada uma das suprarreferidas reuniões corresponde a dois tempos letivos.
14. Incumbe à Direção Pedagógica a decisão sobre a justificação das faltas e a substituição das aulas.

Artigo 14.º - Direitos e Deveres

1. Os professores da EAB terão os direitos e os deveres consignados no contrato coletivo de trabalho do Ensino Particular, caso exista, salvo em casos particulares acordados entre a Direção e cada um dos professores.
2. Os professores deverão velar pelo estado de higiene e conservação das salas de aulas durante o período em que nelas lecionarem.
3. É obrigatória a presença nas reuniões dos professores do Conselho Pedagógico, nas Reuniões de Departamento Curricular e nas Reuniões Gerais de Professores, assim como na preparação de júris de exames.



4. Deverão os professores organizar audições de classe durante o ano nas disciplinas em que isso é possível.
5. Deverão os professores participar com os seus alunos em audições organizadas pela EAB e colaborarem em audições de professores.
6. Os professores devem participar e sensibilizar os alunos para que participem em todas as atividades artísticas e culturais promovidas pela EAB.
7. A desistência de alunos poderá levar a Direção, mediante parecer do Conselho Pedagógico, a preencher o horário dos professores durante o ano letivo com atividades ou tempos inerentes à atividade do professor, ou distribuição do tempo pelos restantes alunos.
8. Os professores devem guardar sigilo sobre os assuntos tratados em reuniões do Conselho Pedagógico, Reuniões de Professores, de Departamento Curricular e de elaboração das turmas e horários.
9. Os professores são obrigados a avisar os encarregados de educação, por correio, quando os alunos atingirem 50% do limite de faltas previsto para cada ano letivo, por disciplina.

Artigo 15.º - Responsabilidade disciplinar dos docentes

1. Os docentes da EAB respondem disciplinarmente perante a Direção da EAB e o Ministério competente, pela violação dos seus deveres profissionais de natureza ou implicação pedagógica, nos termos da legislação em vigor;


SECÇÃO VI - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Artigo 16.º - Organização

1. A admissão de funcionários é da responsabilidade da Direção.
2. O horário de serviço e de atendimento ao público é estipulado pela Direção no início de cada ano escolar.
3. O horário e a distribuição de tarefas dos funcionários administrativos são da responsabilidade da Direção.
4. Não é permitida a entrada nos serviços administrativos de pessoas estranhas ao serviço da mesma.
5. Os funcionários administrativos devem exercer as suas funções com honestidade, disciplina, interesse, pontualidade e assiduidade, de modo a serem elementos válidos no contexto educacional da escola.
6. Os funcionários administrativos devem permanecer nas instalações da escola, durante o horário de trabalho, não executando tarefas extraprofissionais.

Artigo 17.º - Competências

1. Compete aos Serviços Administrativos:
 - a. Organizar os processos individuais dos alunos, docentes e restante pessoal, sob supervisão da Direção Pedagógica;
 - b. Efetuar e supervisionar os processos de matrícula, renovação de matrícula e transferência de alunos;
 - c. Controlar e registar a assiduidade e pontualidade dos docentes;
 - d. Verificar semanalmente o preenchimento dos sumários das aulas;
 - e. Manter o expediente em dia e o atendimento ao público;
 - f. Desempenhar funções de gestão administrativa e/ou financeira que lhes sejam atribuídas pela Direção;

- 
- g. Solicitar junto do Ministério competente, nos prazos determinados, as autorizações necessárias para o bom e legal funcionamento da EAB.

SECÇÃO VII - AUXILIARES

Artigo 18.º - Organização

2. A admissão de funcionários auxiliares é da responsabilidade da Direção.
3. O horário e distribuição de tarefas dos funcionários auxiliares são da responsabilidade da Direção.
4. Os funcionários auxiliares devem executar as suas funções com honestidade, disciplina, interesse, pontualidade e assiduidade, de modo a serem elementos válidos no contexto educacional da escola.
5. Devem os funcionários auxiliares permanecer nas instalações da escola, durante o horário de trabalho, não executando tarefas extraprofissionais.

Artigo 19.º - Competências

1. As competências dos funcionários auxiliares são definidas pelo Contrato Coletivo de Trabalho em vigor para o setor do Ensino Particular e Cooperativo, caso exista;
2. Sem prejuízo no número anterior, compete aos funcionários Auxiliares:
 - a. Zelar pela disciplina e azeio no sector pelo qual é responsável e cuidar da conservação de todos os artigos de equipamento escolar que tiver a seu cargo, cumprindo-lhe participar qualquer estrago ou extravio, logo que tenha conhecimento;
 - b. Não permitir a permanência dos alunos nos corredores, nem a sua entrada nas salas de aula durante os intervalos;
 - c. Anotar, na respetiva folha de presença, as faltas dos professores;
 - d. Não permitir a permanência de pessoas estranhas à escola, a não ser no átrio e noutros locais especificamente destinados à sua receção;
 - e. Exigir a identificação a qualquer pessoa que se encontre dentro da escola e lhe pareça suspeita;
 - f. Guardar todos os artigos esquecidos, no setor pelo qual é responsável;
 - g. Verificar, antes do início das aulas diárias, se os espaços a seu cargo estão operacionais e no final de aulas diárias se as portas e as janelas se encontram devidamente fechadas e a iluminação desligada.

SECÇÃO VIII – OUTROS COLABORADORES


Artigo 20.º - Regras gerais

1. A admissão de outros colaboradores é da responsabilidade da Direção, assim como a definição das suas competências, organização, método de admissão, formas de contratação e eventual admissão, salvaguardando a legislação em vigor.

SECÇÃO IX - ALUNOS

Artigo 21.º - Acesso

1. Podem ser alunos da EAB todos os sócios e educandos de sócios;
2. Poderá ser obrigatória a realização de uma prova de aptidão para ingresso na EAB, cujo calendário e condições serão definidos anualmente pelo Conselho Pedagógico.

- 
3. Poderão ficar isentos da prova referida no número anterior os alunos que pretendam ingressar em cursos não oficiais, bem como os alunos inscritos por transferência;
 4. Quando se tratem de candidatos menores, o boletim de inscrição tem de ser obrigatoriamente assinado por um dos pais, encarregado de educação ou representante legal.
 5. Os alunos que queiram mudar ou frequentar aulas de mais do que um instrumento musical, poderão ter de realizar a prova de aptidão referida no n.º 2 para cada instrumento.

Artigo 22.º - Matrículas

1. A matrícula é obrigatória e confere o estatuto de aluno, o qual, para além dos direitos e deveres consagrados na lei, integra os que estão contemplados neste Regulamento.
2. Os requisitos e procedimentos da matrícula nos cursos oficiais, bem como as restrições a que pode estar sujeita, são previstos em legislação própria.
3. As matrículas nos cursos oficiais decorrem em três fases:
 - a. Pré-inscrição;
 - b. Provas de aptidão (caso existam);
 - c. Matrícula.
4. Os prazos de cada uma das fases serão definidos anualmente pelo Conselho Pedagógico;
5. A aceitação da matrícula poderá estar dependente do número de vagas definidas pela Direção, sob proposta do Conselho Pedagógico, a preencher de acordo com os resultados das provas de aptidão e, na ausência destas, de acordo com os seguintes critérios:
 - a. Conhecimentos e competências comprovadas documentalmente;
 - b. Motivação do aluno;
 - c. Motivação dos encarregados de educação;
 - d. Ordem de inscrição.
6. As matrículas efetuadas para além dos prazos estipulados estão sujeitas à existência de vagas, não poderão ultrapassar a data de 31 de dezembro em cada ano letivo.
7. As matrículas fora do prazo estão sujeitas a penalização pecuniária e condições a fixar pela Direção.
8. As matrículas nos cursos não oficiais decorrem durante todo o ano letivo, salvo decisão do Conselho Pedagógico, tomada antes do início do ano letivo;
9. No ato de matrícula deverão ser apresentados os documentos solicitados pelos serviços administrativos.
10. No ato de matrícula será cobrado o seguro escolar aos alunos que não estejam cobertos por outros seguros escolares que incluam as aulas na EAB, assim como as quotas anuais de sócio do aluno ou encarregado.
11. Os alunos que se matriculem em Cursos Livres pagarão a 1.ª mensalidade no ato da inscrição.
12. A efetividade da matrícula pressupõe:
 - a. O conhecimento e concordância com o presente regulamento;
 - b. A autorização para a utilização de registos de som e imagem dos alunos, em atividades desenvolvidas sob a responsabilidade da EAB, quer para fins pedagógicos, quer para fins de promoção e divulgação da escola.
13. Os alunos ou encarregados de educação que não pretendam dar a autorização expressa na alínea b. do número anterior podem manifestá-lo, por escrito, no ato da matrícula.



Artigo 23.º - Renovação de Matrícula

14. As renovações de matrícula nos Cursos oficiais decorrem nos prazos estipulados anualmente pelo Conselho Pedagógico.
15. No ato de renovação de matrícula deverão ser apresentados os documentos solicitados pelos serviços administrativos.

Artigo 24.º - Anulação de Matrícula

1. A anulação de matrícula só será aceite após o pagamento integral das propinas já vencidas, tendo de ser entregue o respetivo pedido de anulação, por escrito, com uma antecedência mínima de 30 dias, sob pena de ser obrigatória a liquidação da mensalidade do mês seguinte.
 - a. Os impressos para anulação de matrícula encontram-se disponíveis nos Serviços Administrativos da EAB.
 - b. Em caso de abandono da Escola sem a devida formalização da anulação de matrícula e havendo dívidas por saldar, a Direção reserva-se o direito de tomar as medidas legais que considerar apropriadas.

Artigo 25.º - Transferências

1. O processo de transferência de estabelecimento de ensino é realizado respeitando os princípios previstos na legislação em vigor.

Artigo 26.º - Propinas

1. Aos alunos será cobrada uma propina de frequência de setembro a junho.
2. Estão isentos de pagamento de propina os alunos enquadrados em sistemas de financiamento que prevejam essa isenção.
3. Os pagamentos são efetuados mensalmente em prazos fixados pela direção.
4. Ultrapassada a data limite para o pagamento das propinas de frequência sem que o mesmo tenha sido efetuado, será aplicada uma multa de 10% sobre o valor da propina. Esta percentagem será agravada para 20% se o atraso no pagamento for superior um mês.
5. Quando ultrapassada em três meses a data limite de pagamento das propinas, a Direção pode deliberar a suspensão do aluno.
6. A EAB poderá conceder redução nas propinas aos alunos que façam parte de Bandas de Música ou outros agrupamentos que a Direção entenda aprovar.
7. A EAB poderá conceder anualmente isenção ou redução de propinas a alunos cujo agregado familiar tenha dificuldades económicas reconhecidas.
8. Não estão compreendidas nas propinas eventuais despesas de inscrição em exames e de material didático.
9. Não haverá aulas e não será descontada qualquer percentagem nas mensalidades nos seguintes casos:
 - a. Férias escolares (Natal, Carnaval e Páscoa);
 - b. Período de Exames e/ou outras provas;
 - c. Feriados Nacionais e Municipais;
 - d. Encerramento da escola por motivos de segurança, quando provenientes de alerta de entidades públicas externas;
 - e. Encerramento da escola por motivo de nojo.

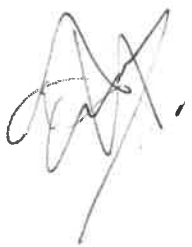


Artigo 27.º - Abandono de Instalações

1. Em caso de abandono das instalações, a EAB não se responsabiliza pelos alunos, mesmo durante os intervalos das aulas.

Artigo 28.º - Direitos

1. O aluno tem direito a:
 - a. Ser tratado com respeito e correção por qualquer membro da comunidade educativa, não podendo, em caso algum, ser discriminado em razão da origem étnica, saúde, sexo, orientação sexual, idade, identidade de género, condição económica, cultural ou social ou convicções políticas, ideológicas, filosóficas ou religiosas;
 - b. Usufruir do ensino e de uma educação de qualidade de acordo com o previsto na lei e neste regulamento;
 - c. Ver reconhecidos e valorizados o mérito, a dedicação, a assiduidade e o esforço no trabalho e no desempenho escolar e ser estimulado nesse sentido;
 - d. Ver reconhecido o empenhamento em ações meritórias, designadamente o voluntariado em favor da comunidade em que está inserido ou da sociedade em geral, praticadas na escola ou fora dela, e ser estimulado nesse sentido;
 - e. Usufruir de um horário escolar adequado ao ano frequentado, bem como de uma planificação equilibrada das atividades curriculares e extracurriculares, nomeadamente as que contribuem para o desenvolvimento cultural da comunidade;
 - f. Usufruir de prémios ou apoios e meios complementares que reconheçam e distingam o mérito;
 - g. Ver salvaguardada a sua segurança na escola e respeitada a sua integridade física e moral;
 - h. Ser assistido, de forma pronta e adequada, em caso de acidente ou doença súbita, ocorrido ou manifestada no decorrer das atividades escolares;
 - i. Ver garantida a confidencialidade dos elementos e informações constantes do seu processo individual, de natureza pessoal ou familiar;
 - j. Participar, através dos seus representantes, nos termos da lei, nos órgãos de administração e gestão da escola;
 - k. Eleger os seus representantes para os órgãos, cargos e demais funções de representação no âmbito da escola, bem como ser eleito, nos termos da lei e deste Regulamento;
 - l. Apresentar críticas e sugestões relativas ao funcionamento da escola e ser ouvido pelos professores, órgãos de administração e gestão da escola em todos os assuntos que justificadamente forem do seu interesse;
 - m. Organizar e participar em iniciativas que promovam a formação e ocupação de tempos livres;
 - n. Ser informado sobre este Regulamento, por meios a definir pela Direção, e em termos adequados à sua idade e ao ano frequentado, sobre todos os assuntos que justificadamente sejam do seu interesse, nomeadamente sobre o modo de organização do plano de estudos ou curso, o programa e objetivos essenciais de cada disciplina ou área disciplinar e os processos e critérios de avaliação, bem como sobre a matrícula, apoios socioeducativos, normas de utilização e de



segurança dos materiais e equipamentos e das instalações, e, em geral, sobre todas as atividades e iniciativas relativas ao projeto educativo da escola;

- o. Participar nas demais atividades da escola, nos termos da lei e deste Regulamento;
 - p. Participar no processo de avaliação, através de mecanismos de auto e heteroavaliação;
 - q. Beneficiar de medidas, a definir pela escola, adequadas à recuperação da aprendizagem nas situações de ausência devidamente justificada às atividades escolares.
2. A fruição dos direitos consagrados nas suas alíneas do número anterior pode ser, no todo ou em parte, temporariamente vedada em consequência de medida disciplinar corretiva ou sancionatória aplicada ao aluno, nos termos previstos no presente Regulamento.

Artigo 29.º - Deveres

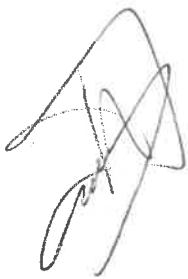
1. São deveres do aluno:
- a. Estudar, aplicando-se, de forma adequada à sua idade, necessidades educativas e ao ano de escolaridade que frequenta, na sua educação e formação integral;
 - b. Ser assíduo, pontual e empenhado no cumprimento de todos os seus deveres no âmbito das atividades escolares;
 - c. Seguir as orientações dos professores relativas ao seu processo de ensino;
 - d. Tratar com respeito e correção qualquer membro da comunidade educativa, não podendo, em caso algum, discriminar em razão da origem étnica, saúde, sexo, orientação sexual, idade, identidade de género, condição económica, cultural ou social, ou convicções políticas, ideológicas, filosóficas ou religiosas.
 - e. Guardar lealdade para com todos os membros da comunidade educativa;
 - f. Respeitar a autoridade e as instruções dos professores e do pessoal não docente;
 - g. Contribuir para a harmonia da convivência escolar e para a plena integração na escola de todos os alunos;
 - h. Participar nas atividades educativas ou formativas desenvolvidas na escola, bem como nas demais atividades organizativas que requeiram a participação dos alunos;
 - i. Respeitar a integridade física e psicológica de todos os membros da comunidade educativa, não praticando quaisquer atos, designadamente violentos, independentemente do local ou dos meios utilizados, que atentem contra a integridade física, moral ou patrimonial dos professores, pessoal não docente e alunos;
 - j. Prestar auxílio e assistência aos restantes membros da comunidade educativa, de acordo com as circunstâncias de perigo para a integridade física e psicológica dos mesmos;
 - k. Zelar pela preservação, conservação e asseio das instalações, material didático, mobiliário e espaços verdes da escola, fazendo uso correto dos mesmos;
 - l. Respeitar a propriedade dos bens de todos os membros da comunidade educativa;
 - m. Permanecer na escola durante o seu horário, salvo autorização do encarregado de educação ou da direção da escola;
 - n. Participar na eleição dos seus representantes e prestar-lhes toda a colaboração;



- o. Conhecer e cumprir o presente Regulamento e as normas de funcionamento dos serviços da escola, subscrevendo declaração anual de aceitação do mesmo e de compromisso ativo quanto ao seu cumprimento integral;
- p. Não possuir e não consumir substâncias aditivas, em especial drogas, tabaco e bebidas alcoólicas, nem promover qualquer forma de tráfico, facilitação e consumo das mesmas;
- q. Não transportar quaisquer materiais, equipamentos tecnológicos, instrumentos, ou engenhos passíveis de objetivamente perturbarem o normal funcionamento das atividades letivas, ou poderem causar danos físicos ou psicológicos aos alunos ou a qualquer outro membro da comunidade educativa;
- r. Não utilizar quaisquer equipamentos tecnológicos, designadamente, telemóveis, equipamentos, programas ou aplicações informáticas, nos locais onde decorram aulas ou outras atividades formativas ou reuniões de órgãos ou estruturas da escola em que participe, exceto quando a utilização de qualquer dos meios acima referidos esteja diretamente relacionada com as atividades a desenvolver e seja expressamente autorizada pelo professor ou pelo responsável pela direção ou supervisão dos trabalhos ou atividades em curso;
- s. Não captar sons ou imagens, designadamente, de atividades letivas e não letivas, sem autorização prévia dos professores, dos responsáveis pela direção da escola ou supervisão dos trabalhos ou atividades em curso, bem como, quando for o caso, de qualquer membro da comunidade escolar ou educativa cuja imagem possa, ainda que involuntariamente, ficar registada;
- t. Não difundir, na escola ou fora dela, nomeadamente, via Internet ou através de outros meios de comunicação, sons ou imagens captadas nos momentos letivos e não letivos, sem autorização do diretor da escola;
- u. Respeitar os direitos de autor e de propriedade intelectual;
- v. Apresentar -se com vestuário que se revele adequado, em função da idade, à dignidade do espaço e à especificidade das atividades escolares, no respeito pelas regras estabelecidas na escola;
- w. Reparar os danos por si causados a qualquer membro da comunidade educativa ou em equipamentos ou instalações da escola ou outras onde decorram quaisquer atividades decorrentes da vida escolar e, não sendo possível ou suficiente a reparação, indemnizar os lesados relativamente aos prejuízos causados.

Artigo 30.º - Representação dos alunos

- 1. Os alunos podem reunir -se em assembleia de alunos ou assembleia geral de alunos e são representados pela associação de estudantes, existindo uma, pelo seu representante no Conselho Pedagógico, pelo delegado de turma e pela assembleia de delegados de turma, nos termos da lei e deste Regulamento.
- 2. Não havendo associação de estudantes, cada turma elegerá um delegado, que a representará na assembleia de delegados de turma.
- 3. A assembleia de delegados de turma elegerá um representante dos alunos que terá assento no Conselho Pedagógico, nos termos deste Regulamento.
- 4. A associação de estudantes e/ou os representantes dos alunos nos órgãos de gestão da escola têm o direito de solicitar à direção pedagógica a realização de reuniões para apreciação de matérias relacionadas com o funcionamento da escola.



5. O delegado de turma tem o direito de solicitar a realização de reuniões da turma, sem prejuízo do cumprimento das atividades letivas.
6. Por iniciativa dos alunos ou por sua própria iniciativa, o professor titular de turma pode solicitar a participação dos representantes dos pais ou encarregados de educação dos alunos da turma na reunião referida no número anterior.
7. Não podem ser eleitos ou continuar a representar os alunos nos órgãos ou estruturas da escola aqueles a quem seja ou tenha sido aplicada, nos últimos dois anos escolares, medida disciplinar sancionatória superior à de repreensão registada ou sejam, ou tenham sido nos últimos dois anos escolares, excluídos da frequência de qualquer disciplina ou retidos em qualquer ano de escolaridade por excesso grave de faltas;

Artigo 31.º - Prémios de mérito

1. Podem ser atribuídos prémios de mérito destinados a distinguir alunos que, em cada ciclo de escolaridade, preenchem um ou mais dos seguintes requisitos:
 - a. Revelem atitudes exemplares de superação das suas dificuldades;
 - b. Alcancem excelentes resultados escolares;
 - c. Produzam trabalhos académicos de excelência ou realizem atividades curriculares ou de complemento curricular de relevância;
 - d. Desenvolvam iniciativas ou ações de reconhecida relevância social.
2. Os prémios de mérito devem ter natureza simbólica ou material, podendo ter uma natureza financeira desde que comprovadamente auxiliem a continuação do percurso escolar do aluno.
3. Será responsabilidade da Direção procurar estabelecer parcerias com entidades ou organizações da comunidade educativa no sentido de garantir os fundos necessários ao financiamento dos prémios de mérito.

Artigo 32.º - Instrumentos de registo

1. Constituem instrumentos de registo de cada aluno:
 - a. O processo individual do aluno;
 - b. A caderneta individual;
 - c. As fichas de registo da avaliação.
2. O processo individual do aluno contém a síntese de todas as informações relevantes do percurso escolar do aluno, nomeadamente registos de matrículas, anulações, resumos de avaliação, requerimentos de provas, cópias de documentos de identificação e correspondência.
3. A caderneta escolar contém as informações da escola e do encarregado de educação, bem como outros elementos relevantes para a comunicação entre a escola e os pais ou encarregados de educação, sendo propriedade do aluno e devendo ser por este conservada.
4. As fichas de registo da avaliação contêm, de forma sumária, os elementos relativos ao desenvolvimento dos conhecimentos, capacidades e atitudes do aluno e são entregues no final de cada momento de avaliação, designadamente, no final de cada período escolar, aos pais ou ao encarregado de educação pelo professor Tutor do aluno.
5. A pedido do interessado, as fichas de registo de avaliação serão ainda entregues ao progenitor que não resida com o aluno menor de idade.



Artigo 33.º - Frequência e assiduidade

1. O dever de assiduidade e pontualidade implica para o aluno a presença e a pontualidade na sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar munido do material didático ou equipamento necessários, de acordo com as orientações dos professores, bem como uma atitude de empenho intelectual e comportamental adequada, em função da sua idade, ao processo de ensino.
2. Os pais ou encarregados de educação dos alunos menores de idade são responsáveis, conjuntamente com estes, pelo cumprimento dos deveres referidos no número anterior.
3. O controlo da assiduidade dos alunos é obrigatório, nos termos em que é definida no número anterior, em todas as atividades escolares letivas participem ou devam participar.

Artigo 34.º - Faltas e sua natureza

1. A falta é a ausência do aluno a uma aula ou a outra atividade de frequência obrigatória ou facultativa caso tenha havido lugar a inscrição, a falta de pontualidade ou a comparência sem o material didático ou equipamento necessários, nos termos estabelecidos no presente Regulamento.
2. Decorrendo as aulas em tempos consecutivos, há tantas faltas quantos os tempos de ausência do aluno.
3. As faltas são registadas pelo professor responsável pela aula ou atividade ou pelo professor Tutor em suportes administrativos adequados.
4. As faltas resultantes da aplicação da ordem de saída da sala de aula, ou de medidas disciplinares sancionatórias, consideram -se faltas injustificadas.
5. Compete à Direção, através dos serviços administrativos garantir os suportes adequados ao registo de faltas dos alunos e respetiva atualização, de modo que este possa ser, em permanência, utilizado para finalidades pedagógicas e administrativas.
6. A participação em visitas de estudo ou audições previstas no plano de atividades da escola não é considerada falta relativamente às disciplinas ou áreas disciplinares envolvidas, considerando -se dadas as aulas das referidas disciplinas previstas para o dia ou hora em causa.

Artigo 35.º - Dispensa de atividades motoras

1. O aluno pode ser dispensado temporariamente das atividades motoras, nomeadamente dança ou performance vocal e instrumental, por razões de saúde, devidamente comprovadas por atestado médico, que deve explicitar claramente as contraindicações motoras.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o aluno deve estar sempre presente no espaço onde decorre a aula, exceto nos casos de aulas individuais e quando autorizado pela Direção Pedagógica.

Artigo 36.º - Justificação de faltas

1. São consideradas justificadas as faltas dadas pelos seguintes motivos:
 - a. Doença do aluno, devendo esta ser informada por escrito pelo encarregado de educação ou pelo aluno quando maior de idade quando determinar um período inferior ou igual a três dias úteis, ou por médico se determinar impedimento superior a três dias úteis, podendo, quando se trate de doença de carácter crónico

- ou recorrente, uma única declaração ser aceite para a totalidade do ano letivo ou até ao termo da condição que a determinou;
- b. Isolamento profilático, determinado por doença infetocontagiosa de pessoa que coabite com o aluno, comprovada através de declaração da autoridade sanitária competente;
 - c. Falecimento de familiar, durante o período legal de justificação de faltas por falecimento de familiar previsto no regime do contrato de trabalho dos trabalhadores que exercem funções públicas;
 - d. Nascimento de irmão, durante o dia do nascimento e o dia imediatamente posterior;
 - e. Realização de tratamento ambulatorio, em virtude de doença ou deficiência, que não possa efetuar -se fora do período das atividades letivas;
 - f. Assistência na doença a membro do agregado familiar, nos casos em que, comprovadamente, tal assistência não possa ser prestada por qualquer outra pessoa;
 - g. Comparência a consultas pré-natais, período de parto e amamentação, nos termos da legislação em vigor;
 - h. Ato decorrente da religião professada pelo aluno, desde que o mesmo não possa efetuar-se fora do período das atividades letivas e corresponda a uma prática comumente reconhecida como própria dessa religião;
 - i. Participação em atividades culturais, associativas e desportivas reconhecidas, nos termos da lei, como de interesse público ou consideradas relevantes pelas respetivas autoridades escolares;
 - j. Preparação e participação em atividades desportivas de alta competição, nos termos legais aplicáveis;
 - k. Preparação e participação em atividades artísticas consideradas relevantes pelo professor titular da disciplina ou pela Direção Pedagógica, nomeadamente concursos externos, cursos de curta duração, *masterclasses*, *workshops* e estágios de aperfeiçoamento artístico;
 - l. Cumprimento de obrigações legais que não possam efetuar -se fora do período das atividades letivas;
 - m. Outro facto impeditivo da presença na escola ou em qualquer atividade escolar, desde que, comprovadamente, não seja imputável ao aluno e considerado atendível pelo professor titular da disciplina;
 - n. As decorrentes de suspensão preventiva aplicada no âmbito de procedimento disciplinar, no caso de ao aluno não vir a ser aplicada qualquer medida disciplinar sancionatória, lhe ser aplicada medida não suspensiva da escola, ou na parte em que ultrapassem a medida efetivamente aplicada;
 - o. Participação em visitas de estudo previstas no plano de atividades da escola, relativamente às disciplinas ou áreas disciplinares não envolvidas na referida visita;
- 2. A justificação das faltas exige um pedido escrito apresentado pelos pais ou encarregados de educação ou, quando maior de idade, pelo próprio, ao professor titular da disciplina, com indicação do dia e da atividade letiva em que a falta ocorreu, referenciando os motivos justificativos da mesma;
 - 3. O professor titular da disciplina pode solicitar aos pais ou encarregado de educação, ou ao aluno maior de idade, os comprovativos adicionais que entenda necessários à



justificação da falta, devendo, igualmente, qualquer entidade que para esse efeito for contactada, contribuir para o correto apuramento dos factos.

4. A justificação da falta deve ser apresentada previamente, sendo o motivo previsível, ou, nos restantes casos, até ao 3.º dia útil subsequente à verificação da mesma.
5. A justificação da falta é aceite ou recusada pelo professor titular da disciplina, atendidas as alíneas do n.º 1 do presente artigo. Nos casos não previstos no referido n.º 1, e havendo dúvida dos encarregados de educação ou do professor titular, a mesma será arbitrada pela Direção Pedagógica.
6. Nas situações de ausência justificada às atividades escolares, o aluno poderá ter direito a beneficiar de medidas, adequadas à recuperação da aprendizagem em falta.

Artigo 37.º - Faltas injustificadas


1. As faltas são injustificadas quando:
 - a. Não tenha sido apresentada justificação, nos termos do artigo anterior;
 - b. A justificação tenha sido apresentada fora do prazo;
 - c. A justificação não tenha sido aceite;
 - d. A marcação da falta resulte da aplicação da ordem de saída da sala de aula ou de medida disciplinar sancionatória.
2. Na situação prevista na alínea c) do número anterior, a não-aceitação da justificação apresentada deve ser fundamentada de forma sintética.
3. As faltas injustificadas são comunicadas aos pais ou encarregados de educação, ou ao aluno maior de idade, pelo professor Tutor.

Artigo 38.º - Excesso grave de faltas

1. Em cada ano letivo, as faltas injustificadas não podem exceder o triplo do número de tempos letivos semanais por disciplina.
2. O Conselho Pedagógico poderá decidir um limite diferente do estabelecido no número anterior, apenas para disciplinas de cursos não oficiais.
3. Quando for atingido metade dos limites de faltas previstos no número 1 deste artigo, os pais ou o encarregado de educação ou o aluno maior de idade são informados, por correio, pelos serviços administrativos.
4. A notificação referida no número anterior tem como objetivo alertar para as consequências da violação do limite de faltas e procurar encontrar uma solução que permita garantir o cumprimento efetivo do dever de assiduidade.

Artigo 39.º - Efeitos da ultrapassagem dos limites de faltas

1. A ultrapassagem dos limites de faltas injustificadas previstos no n.º 1 do artigo anterior constitui uma violação dos deveres de frequência e assiduidade e pode obrigar o aluno faltoso ao cumprimento de medidas de recuperação e ou corretivas específicas, determinadas pelo professor responsável da disciplina, pelo professor Tutor, ou pelo Conselho Pedagógico;
2. O previsto nos números anteriores não exclui a responsabilização dos pais ou encarregados de educação do aluno.
3. Todas as situações, atividades, medidas ou suas consequências previstas no presente artigo são obrigatoriamente comunicadas, pelo meio mais expedito, aos pais ou ao encarregado de educação ou ao aluno, quando maior de idade, e ao professor Tutor do aluno, sempre que designado, e registadas no processo individual do aluno.


- 
4. Quando não existam as medidas a que se refere o n.º 1. do presente artigo, ou não for possível a sua aplicação, por causa não imputável à escola, a ultrapassagem no limite de faltas injustificadas implica a retenção do aluno na disciplina em causa.
 5. Nos casos em que se aplique o determinado no número anterior, pode o aluno maior ou o encarregado de educação do aluno menor requerer provas de equivalência à frequência, no limite de uma vez por ano letivo, e sujeitas a aprovação do Conselho Pedagógico, mediante parecer do professor titular da disciplina.

Artigo 40.º - Infrações

1. A violação pelo aluno de algum dos deveres previstos neste regulamento, de forma reiterada e ou em termos que se revelem perturbadores do funcionamento normal das atividades da escola ou das relações no âmbito da comunidade educativa, constitui infração disciplinar passível da aplicação de medida corretiva ou medida disciplinar sancionatória.
2. O professor ou membro do pessoal não docente que presencie ou tenha conhecimento de comportamentos suscetíveis de constituir infração disciplinar deve participá-los imediatamente à Direção Pedagógica.
3. O aluno que presencie comportamentos suscetíveis de constituir infração disciplinar deve comunicá-los imediatamente ao professor Tutor ou ao diretor de turma, o qual, no caso de os considerar graves ou muito graves, os participa, no prazo de um dia útil, à Direção Pedagógica.

Artigo 41.º - Medidas disciplinares corretivas

1. São medidas disciplinares corretivas:
 - a. A advertência;
 - b. A ordem de saída da sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar;
 - c. A realização de tarefas e atividades de integração na escola ou na comunidade, podendo para o efeito ser aumentado o período diário e ou semanal de permanência obrigatória do aluno na escola ou no local onde decorram as tarefas ou atividades, nos termos previstos no artigo seguinte;
 - d. O condicionamento no acesso a certos espaços escolares ou na utilização de certos materiais e equipamentos, sem prejuízo dos que se encontrem afetos a atividades letivas;
2. A advertência consiste numa chamada verbal de atenção ao aluno, perante um comportamento perturbador do funcionamento normal das atividades escolares ou das relações entre os presentes no local onde elas decorrem, com vista a alertá-lo para que deve evitar tal tipo de conduta e a responsabilizá-lo pelo cumprimento dos seus deveres como aluno.
3. Na sala de aula a advertência é da exclusiva competência do professor, cabendo, fora dela, a qualquer professor ou membro do pessoal não docente.
4. A ordem de saída da sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar é da exclusiva competência do professor respetivo e implica a marcação de falta injustificada ao aluno e a permanência do aluno na escola.
5. O professor respetivo definirá o tipo de tarefas a executar pelo aluno, sempre que lhe seja aplicada a medida corretiva prevista no número anterior.

- 
6. A aplicação no decurso do mesmo ano letivo e ao mesmo aluno da medida corretiva de ordem de saída da sala de aula pela terceira vez, por parte do mesmo professor, ou pela quinta vez, independentemente do professor que a aplicou, implica a análise da situação pelo Conselho Pedagógico, tendo em vista a identificação das causas e a pertinência da proposta de aplicação de outras medidas disciplinares corretivas ou sancionatórias, nos termos do presente regulamento.
 7. A aplicação das medidas corretivas previstas nas alíneas c) e d) do n.º 2. do presente artigo é da competência da Direção Pedagógica que, para o efeito, procede sempre à audição do professor titular da turma a que o aluno pertença, bem como do professor Tutor ou do diretor de turma.

Artigo 42.º - Medidas disciplinares sancionatórias


1. São medidas disciplinares sancionatórias:
 - a. A repreensão registada;
 - b. A suspensão até 3 dias úteis;
 - c. A suspensão da escola entre 4 e 12 dias úteis;
 - d. A expulsão da escola.
2. A aplicação da medida disciplinar sancionatória de repreensão registada, quando a infração for praticada na sala de aula, é da competência do professor respetivo, e deve ser feita na caderneta individual do aluno.
3. Compete à Direção Pedagógica a aplicação das restantes situações, averbando-se no respetivo processo individual do aluno a identificação do autor do ato decisório, data em que o mesmo foi proferido, fundamentação da decisão e forma de execução, depois de ouvido o aluno visado, o encarregado de educação, em caso de aluno menor, e outros envolvidos no ato e comunicação da infração.
4. Quando não seja possível, reiteradamente, a presença do aluno e/ou do encarregado de educação referido no número anterior, por motivo não imputável à escola, poderá a Direção Pedagógica determinar a aplicação das medidas sancionatórias sem a audição dos mesmos.
5. Por cada infração apenas pode ser aplicada uma medida disciplinar sancionatória.

CAPÍTULO VI – ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

SECÇÃO X - OFERTA EDUCATIVA

Artigo 43.º - Cursos Oficiais

1. Entendem-se por Cursos Oficiais todos os cursos que, em caso de conclusão, oferecem certificação autorizada pelo Estado português e os cursos financiados e regulamentados pelo mesmo Estado.
2. Sem prejuízo da abertura de novos cursos, são cursos oficiais na EAB:
 - a. Curso de Iniciação de Música;
 - b. Curso Básico de Música em Regime Articulado;
 - c. Curso Básico de Música em Regime Supletivo;
 - d. Curso Secundário de Instrumento em Regime Articulado;
 - e. Curso Secundário de Instrumento em Regime Supletivo;
 - f. Curso Secundário de Canto em Regime Articulado;
 - g. Curso Secundário de Canto em Regime Supletivo;

- 
3. Os Cursos Oficiais referidos no número anterior são regulamentados pelo Estado, nomeadamente através da Portaria 225/2012 de 30 de julho (Iniciação e Cursos Básicos) e da Portaria 243-B/2012 de 13 de agosto (Cursos Secundários), e respetivas retificações.

Artigo 44.º - Cursos Livres

1. Entendem-se por Cursos Livres todos os cursos que não fornecem certificação autorizada pelo Estado Português.
2. Os Cursos Livres contemplam as disciplinas e carga horária definidas pela Direção, sob proposta do Conselho Pedagógico.


SECÇÃO XI – AUDIÇÕES E ACOMPANHAMENTO DE PIANO

Artigo 45.º - Audições

1. A participação dos alunos em audições, concertos, conferências ou outras atividades a decorrer na EAB, quer os alunos se enquadrem na qualidade de participantes ou ouvintes terá equiparação a aulas, desde que expressamente comunicada pelo professor de cada disciplina.
2. As audições deverão ser parte integrante da planificação anual das disciplinas de Instrumento e Classes de Conjunto, e deverão ser especificamente mencionadas enquanto elementos de avaliação.
3. As audições serão:
 - a. De classe;
 - b. Gerais.
4. A organização das Audições de Classe é da responsabilidade dos professores de cada disciplina, devendo a sua calendarização ser comunicada aos serviços administrativos da escola e aos alunos envolvidos, através da Caderneta Individual, depois de consultado o calendário de atividades da escola, e com uma antecedência mínima de 15 dias à sua realização.
5. Nas disciplinas de instrumento, os professores deverão procurar garantir que cada aluno se apresente em Audição de Classe, pelo menos uma vez por período letivo.
6. A Direção Pedagógica poderá não autorizar a realização de uma Audição de Classe, caso considere que não estão garantidas as condições necessárias à sua boa execução.
7. As Audições Gerais serão realizadas em datas e espaços determinados pelo Conselho Pedagógico e incluídas, no início do ano letivo, no plano de atividades da escola.
8. As propostas para apresentações em Audições Gerais competem aos professores de cada disciplina e deverão ser comunicadas ao Conselho Pedagógico com uma antecedência mínima de oito dias, sob pena de não serem integradas no programa.

Artigo 46.º - Acompanhamento de piano

1. A solicitação de aulas ou ensaios com acompanhamento de piano é da responsabilidade do professor da disciplina delas necessite, acauteladas as seguintes condições:
 - a. Disponibilidade de salas com piano;
 - b. Disponibilidade do aluno;
 - c. Disponibilidade dos professores acompanhadores de piano.

- 
2. As partituras para acompanhamento de piano devem ser entregues aos professores acompanhadores com quinze dias de antecedência, excetuando-se as que devam ser entregues pelos alunos acima do 4º Grau, cujo prazo de entrega será de 30 dias.
 3. As partituras deverão ser consideradas legíveis pelo professor acompanhador.
 4. É responsabilidade dos professores acompanhadores de piano organizarem os meios de comunicação que permitam a marcação de aulas ou ensaios, assim como a entrega de partituras, de forma clara e expedita.

SECÇÃO XII – PROVAS

Artigo 47.º - Definição

1. Para efeitos deste regulamento, são consideradas provas, momentos de avaliação especiais, transversais a grupos de alunos com diferentes professores e/ou disciplinas e níveis.
2. Excluem-se do conceito de provas, quaisquer momentos de avaliação específicos de cada turma ou disciplina, incluídos na avaliação contínua.
3. Das provas resultará uma avaliação sumativa.
4. As provas deverão fazer parte da planificação de cada disciplina.

Artigo 48.º - Hierarquia Regulamentar

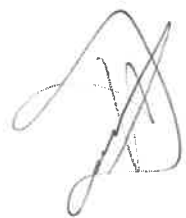
1. Precede a qualquer norma relativa a provas deste regulamento a legislação e as normativas emitidas por organismos públicos relativamente aos cursos oficiais.

Artigo 49.º - Matrizes, calendarização e horários

1. A matriz das provas deverá ser afixada, na escola, com uma antecedência mínima de 15 dias.
2. A matriz das provas deverá explicitar:
 - a. Os itens de avaliação;
 - b. Os conteúdos de cada item;
 - c. A percentagem de cada item para a nota final.
3. A calendarização das provas deverá ser publicitada, no mínimo, com 15 dias de antecedência, e inscrita na caderneta individual do aluno.
4. Os horários das provas deverão ser afixados, no mínimo, com 8 dias de antecedência, e inscritos na caderneta individual do aluno.

Artigo 50.º - Forma das Provas

1. As provas de avaliação podem assumir duas formas:
 - a. Provas de performance;
 - b. Provas escritas;
 - c. Provas mistas.
2. São provas de performance aquelas das quais não resulta nenhum tipo de registo produzido pelo aluno.
3. São provas escritas aquelas das quais resultam exclusivamente registos do aluno.
4. São provas mistas as que tenham conteúdos escritos e de performance.
5. Para as provas de performance e mistas, deverá ser sempre nomeado um júri com um mínimo de dois professores, preferencialmente com habilitação reconhecida para a matéria em avaliação.



Artigo 51.º - Tipologia das Provas


1. As provas poderão ser dos seguintes tipos:
 - a. Provas periódicas;
 - b. Provas globais;
 - c. Provas de equivalência à frequência;
 - d. Provas de transição;
 - e. Provas de aptidão;
 - f. Provas de acesso;
 - g. Prova da aptidão artística.

Artigo 52.º - Provas Periódicas

1. As provas periódicas incidem sobre os alunos dos cursos oficiais, podendo o Conselho Pedagógico alargá-las a outros cursos.
2. As provas periódicas realizam-se 1, 2 ou 3 vezes por ano:
 - a. No caso de acontecerem 1 vez por ano deverão ser realizadas no mês anterior ao final do ano letivo;
 - b. No caso de acontecerem 2 vezes por ano, deverão ser realizadas próximo ao Carnaval e próximo ao final do ano letivo;
 - c. No caso de acontecerem 3 vezes por ano deverão ser realizadas próximo aos finais de período letivo.
3. A calendarização das provas periódicas será definida pelo Conselho Pedagógico, no início de cada ano letivo.
4. Para organização dos júris das provas periódicas de performance, será determinada uma interrupção letiva durante os dias de duração das mesmas, procurando-se que decorram todas no prazo de uma semana.
5. A organização dos júris das provas periódicas é da responsabilidade dos departamentos curriculares.
6. São dispensados das provas periódicas do final do ano letivo os alunos sujeitos a provas globais ou a provas de aptidão artística.

Artigo 53.º - Provas Globais

1. As provas globais incidem sobre os alunos dos cursos oficiais em final de ciclo dos cursos básicos e secundários, podendo o Conselho Pedagógico alargá-las a outros cursos.
2. Considera-se final de ciclo o 2.º grau (final do 2.º ciclo), 5.º grau (final do 3.º ciclo) e o ano terminal de qualquer disciplina do curso secundário.
3. Sem prejuízo de um alargamento do seu âmbito, as provas globais são obrigatórias para as disciplinas de Instrumento e Técnicas de Dança.
4. A calendarização das provas globais será definida pelo Conselho Pedagógico, no início de cada ano letivo.
5. As provas globais da disciplina de instrumento poderão ter o formato de recitais a solo ou com acompanhamento de piano, com as seguintes durações aproximadas:
 - a. 15m para 2.º grau;
 - b. 30m para 5.º grau;
 - c. 45m para 8.º grau.
6. A organização dos júris das provas globais é da responsabilidade do Conselho Pedagógico, devendo às provas de 5.º grau e 8.º grau presidi-lo um elemento da Direção Pedagógica ou professor em quem esta direção delegue.

- 
7. São dispensados das provas globais de instrumento do 8.º grau, os alunos cuja prova de aptidão artística inclua um recital de cerca de 45m.

Artigo 54.º - Provas de Equivalência à Frequência

1. As provas de equivalência à frequência destinam-se a comprovar as competências e conhecimentos adquiridos, correspondentes à frequência de um determinado grau/ano de uma disciplina.
2. As provas de equivalência à frequência realizam-se mediante requerimento apresentado nos serviços administrativos da escola e carecem de autorização da direção pedagógica.
3. Além da situação prevista no número anterior, as provas de equivalência à frequência são automaticamente realizadas, quando se solicite a inscrição, em prazo normal, de um aluno num determinado grau ou ano, sem que comprove a habilitação do grau ou ano anterior, sempre que haja obrigatoriedade de precedência.
4. A organização dos júris das provas de equivalência à frequência, quando necessária, assim como a calendarização e afixação de matriz, é da responsabilidade do Departamento Curricular da disciplina para a qual é requerida.

Artigo 55.º - Provas de Transição

1. As provas de transição destinam-se a comprovar as competências e conhecimentos adquiridos que permitam a um aluno transitar, no decorrer do ano letivo, de um determinado grau ou ano, para um grau ou ano mais avançado.
2. As provas de transição realizam-se mediante requerimento apresentado nos serviços administrativos da escola e carecem de autorização do Conselho Pedagógico, mediante parecer dos professores das disciplinas para as quais são requeridas.
3. Não será autorizada a realização de provas de transição no 3.º período letivo.
4. As provas de transição podem ser substituídas por provas periódicas do grau ou ano para o qual o aluno pretende transitar.
5. A organização dos júris das provas de equivalência à frequência, quando necessária, assim como a calendarização e afixação de matriz, é da responsabilidade do Departamento Curricular da disciplina para a qual é requerida.

Artigo 56.º - Provas de Aptidão

1. As provas de aptidão destinam-se a seriar os alunos candidatos à primeira matrícula dos cursos de iniciação e básicos.
2. As provas de aptidão não poderão consistir em fator único de exclusão, para efeitos de matrícula dos alunos. Servirão para definir as prioridades de ocupação de vaga.
3. A organização dos júris das provas de equivalência à frequência, quando necessária, assim como a calendarização e afixação de matriz, é da responsabilidade do Conselho Pedagógico.

Artigo 57.º - Provas de Acesso

1. As provas de acesso destinam-se a avaliar a capacidade dos alunos candidatos à frequência dos cursos secundários.
2. As provas de acesso aos cursos secundários de instrumento terão uma componente de performance do instrumento e uma componente de formação musical.
3. Para os alunos da EAB, poderão ser consideradas as avaliações das provas globais do 5.º grau, ou as avaliações das últimas provas periódicas do mesmo grau, para cálculo da nota final da prova de acesso.



4. Nos casos em que a aplicação do número anterior forneça a avaliação das duas componentes exigidas, fica o aluno dispensado da realização de prova de acesso, podendo, no entanto, requerê-la.
5. A organização dos júris das provas de acesso é da responsabilidade do Conselho Pedagógico, devendo presidi-lo um elemento da Direção Pedagógica ou professor em quem esta direção delegue.

Artigo 58.º - Provas de Aptidão Artística

1. As provas de aptidão artística são obrigatórias para a conclusão do curso secundário, e serão alvo de normativas próprias, definidas pelo Conselho Pedagógico.

SECÇÃO XIII – OUTRAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

Artigo 59.º - Atividades de Complemento Curricular


1. Entende-se por atividades de complemento curricular as iniciativas da EAB, tais como *workshops*, *masterclasses*, visitas de estudo, concertos, exposições, seminários, concertos didáticos e outros.
2. Estas atividades são organizadas pelos Departamentos Curriculares, sob aprovação e supervisão do Conselho Pedagógico e da Direção Pedagógica.
3. Poderão ser criadas atividades de complemento curricular, propostas por toda a comunidade educativa, que deverão ser analisadas e aprovadas pela Direção, após parecer favorável do Conselho Pedagógico.
4. Nas atividades de complemento curricular será estimulada a participação dos instrumentistas do concelho de Oliveira do Bairro e da região da Bairrada.
5. Poderá a Direção Pedagógica ou o Conselho Pedagógico decidir a substituição das aulas pela participação numa atividade de complemento curricular quando se cumpram os seguintes requisitos:
 - a. A atividade se revista de especial interesse artístico ou pedagógico;
 - b. A atividade seja gratuita para todos os alunos;
 - c. A atividade esteja aberta à participação e/ou assistência de quaisquer alunos.
6. Quando seja decidida a substituição prevista no número anterior ficam os alunos obrigados à presença na atividade de complemento curricular, regendo-se a assiduidade pelos princípios de uma aula normal.

CAPÍTULO VII – OUTRAS ESTRUTURAS INTERNAS

SECÇÃO XIV – Conselho Geral (CG)

Artigo 60.º – Conselho Geral

1. Por decisão da Direção, pode ser criado um órgão interno de carácter consultivo denominado “CONSELHO GERAL” que se regerá pelas regras definidas nos Artigos seguintes.



Artigo 61.º – Constituição

1. O Conselho Geral será constituído por um número variável de membros, que a seguir se caracterizam:
 - a. Membros internos
 - i. Três representantes dos encarregados de educação dos alunos de música (iniciação, básico e secundário);
 - ii. Um representante dos encarregados de educação dos alunos de dança;
 - iii. Um representante dos alunos de outras áreas artísticas e de cursos livres;
 - iv. Um representante do Conselho Pedagógico da EAB
 - v. Um representante da Direção da EAB, que presidirá à Mesa do Conselho Geral;
 - b. Membros externos
 - i. Um representante de cada um dos municípios da Região da Bairrada que se manifeste nesse sentido;
 - ii. Um representante de cada uma das bandas filarmónicas da Região da Bairrada que o desejem;
 - iii. Um representante de qualquer das instituições dedicadas às atividades artísticas na região que formule o pedido de adesão e seja aprovado;
 - iv. Um representante de qualquer das associações empresariais da região com quem a EAB tenha estabelecido protocolos ou parcerias;
 - v. Um representante de qualquer das instituições de educação ou de solidariedade social com quem a EAB tenha estabelecido protocolos ou parcerias;
2. Os membros internos indicados em 1.a.i, 1.a.ii e 1.a.iii são escolhidos pelos seus pares no início de cada ano letivo, podendo ser substituídos em qualquer altura por simples comunicação escrita dirigida à Mesa do Conselho Geral;
3. Os membros externos serão indicados pelas respetivas instituições sem prazo definido e com total liberdade de substituição por simples comunicação escrita dirigida à Mesa do Conselho Geral;

Artigo 62.º – Funcionamento

1. As reuniões do Conselho Geral serão dirigidas pela “Mesa do Conselho Geral”, composta por um Presidente e dois Vogais; o Presidente será sempre o representante da Direção da EAB; os dois vogais serão eleitos na primeira reunião de cada ano letivo entre os membros presentes;
2. As reuniões do Conselho Geral não têm periodicidade vinculativa, mas deverão ocorrer pelo menos duas vezes por ano letivo; a sua convocação será da iniciativa da Mesa do Conselho Geral e feita por mensagem escrita ou eletrónica com a antecedência mínima de quinze dias;
3. As deliberações do Conselho Geral serão reportadas à Direção da EAB sob a forma de recomendações e de pareceres não vinculativos.
4. Em todos os pontos omissos valerão as deliberações da Direção da EAB, com eventual recurso para a Assembleia Geral da EAB.



SECÇÃO XV - Unidades Orgânicas (UO)

Artigo 63.º – Definição

1. As “Unidades Orgânicas” são estruturas internas com objetivo artístico bem definido, com caracterização operacional específica, com alguma organização funcional e com capacidade para preparar, de forma autónoma, atividades e eventos artísticos internos (atividades curriculares ou de complemento curricular) ou externos (performances e espetáculos públicos).

Artigo 64.º – Funcionamento

1. As Unidades Orgânicas serão criadas por proposta fundamentada de quaisquer docentes, alunos ou associados da EAB, sujeito a parecer da Direção Pedagógica e a aprovação da Direção.
2. As Unidades Orgânicas serão extintas por decisão da Direção, ouvida a Direção Pedagógica.
3. Cada Unidade Orgânica funcionará sempre sob a responsabilidade direta de um docente a indicar pela Direção Pedagógica, perante a qual responde diretamente, podendo ser atribuídas horas letivas para o efeito.
4. Antes do início de cada ano letivo será apresentado à Direção Pedagógica para aprovação um plano resumido das atividades a desenvolver (sessões de trabalho, eventos, espetáculos, etc.), com o respetivo enquadramento financeiro e logístico, se pertinente;
5. Todas as atividades devem ser inseridas atempadamente no “Calendário online” da EAB.
6. No final do ano será apresentado um relatório sumário das atividades e respetivos elementos financeiros, se pertinentes.

SECÇÃO XVI – Grupo de Apoio à Realização de Eventos (GARE)

Artigo 65.º – Definição e Funcionamento

1. Anualmente será solicitado aos encarregados de educação e outros associados que se voluntariem e organizem sob a forma de “Grupo de Apoio à Realização de Eventos”, visando um alargado suporte logístico a todos os eventos que a EAB realize ao longo do ano letivo;
2. O Grupo será constituído com um número mínimo de 3 elementos e um máximo de 15, organizando-se de forma completamente autónoma;
3. Na sua primeira reunião de cada ano letivo o Grupo escolherá um Coordenador, que será o interlocutor privilegiado com a Direção e a Direção Pedagógica;
4. O Grupo deverá seguir sempre as orientações operacionais da Direção e da Direção Pedagógica.

CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

SECÇÃO XVII – Disposições Finais

Artigo 66.º - Disposições finais

1. O ato de inscrição, ou de matrícula, pressupõe por si só o conhecimento e a aceitação integral das normas presentes neste Regulamento, devendo tal conhecimento ser declarado em impresso próprio fornecido pela escola, no ato da matrícula;
2. O corpo docente terá conhecimento deste regulamento, e declarando em impresso próprio esse conhecimento.
3. Todos os casos omissos no presente Regulamento serão alvo de estudo pela Direção que, após ouvir os interessados, tomará a decisão final.
4. As alterações a este regulamento interno são propostas e aprovadas pela Direção.
5. O presente regulamento entra em vigor após a sua aprovação em reunião da Direção.

Declaro que esta cópia está conforme o original
aprovado na Assembleia, digo, reunião da Direção
da EAB - Escola de Artes de Guimarães de 20 de Abril de
2014

O Presidente da Direcção da EAB

(Eleutério Ferreira Machado)